

**SOLICITAÇÃO**

Francisco Sá – MG, 13 de novembro de 2023.

À Comissão Permanente de Licitações.

Prezados (as);

Cumprimentando-o antecipadamente e, considerando o recebimento desta solicitação; venho requerer a formalização de procedimento para **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTÁBILIDADE PÚBLICA E AUXÍLIO ADMINISTRATIVO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIÁRIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ/MG”**, no exercício financeiro de 2023.

Item	Descrição	UND	Qtde	Valor Unitário	Subtotal
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL AUXÍLIO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIA, COMPREENDENDO SUPORTE AS ÁREAS DE REGISTROS E AUXÍLIO NA ELABORAÇÃO DO PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAL PIPCP CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. ACOMPANHAMENTOS DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO EM GERAL. NA CONTABILIDADE SUPORTE TÉCNICO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES RELATIVAS A ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL, FECHAMENTO FINANCEIRO, ENVIO DO SICOM (MÓDULO ACOMPANHAMENTO MENSAL, FOLHA DE PAGAMENTOS, BALANCETE CONTÁBIL, DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, PRESTAÇÃO DE CONTAS) E OUTROS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS. ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL- PPA E ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA, ENVIO DO E-SOCIAL E TRABALHOS TÉCNICOS VISANDO A MANUTENÇÃO DA CERTIFICAÇÃO PRÓ GESTÃO.	Mês	12	0,00	0,00

PREENCHIMENTO E ENVIO DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS DCTFWEB, DIRF E EFD Reinf. AUXÍLIO ADMINISTRATIVA PREVIDENCIÁRIA ENVOLVENDO A PREVIDÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL NO QUE DIZ RESPEITO A AUXÍLIO NA ELABORAÇÃO DE FOLHAS DE PAGAMENTO, ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS, AUXÍLIO NO PROTOCOLO, ENVIO E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES, ATENDENDO AOS PRECEITOS LEGAIS DO TRIBUNAL DE CONTAS DE MINAS GERAIS INCLUSIVE ATENDER AS DILIGÊNCIAS DO TCE MG JUNTO AO FISCAP. AUXÍLIO NO CADASTRO E ACOMPANHAMENTO DAS COMPENSAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS JUNTO AO COMPREV, AUXÍLIO AOS PROFISSIONAIS DO RPPS NAS ATIVIDADES DE CENSO PREVIDENCIÁRIO, PROVA DE VIDA, ATUALIZAÇÃO CADASTRAL DE ATIVOS E INATIVOS, ENVIO DE INFORMES COMO DIPR e DAIR.

- DEVERÁ SER DISPONIBILIZADO REPRESENTANTE DA EMPRESA IN LOCO COM CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE 30H/SEMANAIS
- DEVERÁ SER DISPONIBILIZADO PROFISSIONAL CONTADOR REGISTRADO EM CRC MG COM COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA MÍNIMA DE 6 MESES EM CONTABILIDADE ESPECÍFICA DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL COM CARGA HORÁRIA DE NO MÍNIMO 20H SEMANAIS DISTRIBUIDOS

O PRESTADOR DE SERVIÇOS DEVERÁ APRESENTAR ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DEMONSTRANDO DOMÍNIO E EXPERIÊNCIA MÍNIMA DE 6 MESES

Na oportunidade, encaminho anexo, Termo de Referência para compor o processo.

Sem mais e na expectativa de especial atenção, antecipo agradecimentos.

Atenciosamente;

Elvis Henrique R. Rodrigues  
Diretor Executivo  
PREVIBREJO

DIRETOR

Elvis Henrique Ruas Rodrigues

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTÁBILIDADE PÚBLICA E AUXILIO ADMINISTRATIVO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIÁRIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ/MG**

**1.2. Da Classificação do Objeto:**

A proposição deste Termo de Referência visa à Contratação de Empresa para prestação de serviços contínuos. O objeto a ser contratados se enquadra como comuns nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002 por não possuírem peculiaridade de execução, sendo usualmente encontrados e ofertados no mercado.

**2. JUSTIFICATIVA**

Justifica-se a presente contratação em razão da inevitável e premente necessidade de aperfeiçoamento do serviço público, objetivando o atendimento adequado das necessidades da população, visando ao atendimento do interesse público devido ao dever de manter o controle sobre as movimentações administrativas, financeiras e orçamentárias, além de possibilitar o atendimento às determinações legais diversas que regem o serviço público, dentre elas a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei da Transparência e as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público.

A Contratação do objeto desta solicitação, encontra justificativa, ainda, na imprescindibilidade de pessoal técnico qualificado para atendimento de legislação em vigor, pertinente aos serviços do presente instrumento.

As crescentes exigências legais, principalmente dos órgãos de fiscalização e controle externo demandam qualificação técnica em constante aperfeiçoamento para advertir sobre as responsabilidades de um setor público contábil.

Entendendo que o PREVIBREJO não dispõe de equipe técnica para assumir atividades desta natureza, recorre-se a terceirização destes serviços, por meio de procedimento onde se busque uma proposta que melhor atenda às necessidades da administração nos serviços descritos acima.

**3. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO – DOS PREÇOS E FORMA DE PAGAMENTO**

Item	Descrição	UND	Qtde	Valor Unitário	Subtotal
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL AUXILIO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIA,	Mês	12	0,00	0,00

COMPREENDENDO SUPORTE AS  
AREAS DE REGISTROS E AUXILIO NA  
ELABORAÇÃO DO PLANO DE  
IMPLANTAÇÃO DOS  
PROCEDIMENTOS CONTABEIS  
PATRIMONIAL PIPCP CONFORME  
LEGISLAÇÃO VIGENTE.  
ACOMPANHAMENTOS DE  
ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO EM  
GERAL. NA CONTABILIDADE  
SUPORTE TECNICO E EXECUÇÃO  
DE ATIVIDADES RELATIVAS A  
ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL,  
FECHAMENTO FINANCEIRO, ENVIO  
DO SICOM (MODULO  
ACOMPANHAMENTO MENSAL,  
FOLHA DE PAGAMENTOS,  
BALANCETE CONTÁBIL,  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS,  
PRESTAÇÃO DE CONTAS) E  
OUTROS QUE SE FIZEREM  
NECESSÁRIOS. ELABORAÇÃO DO  
PLANO PLURIANUAL- PPA E  
ELABORAÇÃO DA PROPOSTA  
ORÇAMENTÁRIA, ENVIO DO E-  
SOCIAL E TRABALHOS TECNICOS  
VISANDO A MANUTENÇÃO DA  
CERTIFICAÇÃO PRÓ GESTÃO.  
PREENCHIMENTO E ENVIO DAS  
OBRIGAÇÕES ACESSORIAS  
DCTFWEB, DIRF E EFD Reinf.  
AUXILIO ADMINISTRATIVA  
PREVIDENCIÁRIA ENVOLVENDO A  
PREVIDENCIA PUBLICA MUNICIPAL  
NO QUE DIZ RESPEITO A AUXILIO NA  
ELABORAÇÃO DE FOLHAS DE  
PAGAMENTO, ORDENAÇÃO DE  
DOCUMENTOS, AUXILIO NO  
PROTOCOLO, ENVIO E  
ACOMPANHAMENTO DE  
PROCESSOS DE APOSENTADORIA E  
PENSÕES, ATENDENDO AOS  
PRECEITOS LEGAIS DO TRIBUNAL  
DE CONTAS DE MINAS GERAIS  
INCLUSIVE ATENDER AS  
DILIGÊNCIAS DO TCE MG JUNTO AO  
FISCAP. AUXILIO NO CADASTRO E  
ACOMPANHAMENTO DAS  
COMPENSAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS  
JUNTO AO COMPREV, AUXILIO AOS  
PROFISSIONAIS DO RPPS NAS  
ATIVIDADES DE CENSO

<p>PREVIDENCIARIO, PROVA DE VIDA, ATUALIZAÇÃO CADASTRAL DE ATIVOS E INATIVOS, ENVIO DE INFORMES COMO DIPR e DAIR.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• DEVERÁ SER DISPONIBILIZADO REPRESENTANTE DA EMPRESA IN LOCO COM CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE 30H/SEMANAIS</li> <li>• DEVERÁ SER DISPONIBILIZADO PROFISSIONAL CONTADOR REGISTRADO EM CRC MG COM COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA MINIMA DE 6 MESES EM CONTABILIDADE ESPECIFICA DE REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL COM CARGA HORÁRIA DE NO MINIMO 20H SEMANAIS DISTRIBUIDOS</li> </ul> <p>O PRESTADOR DE SERVIÇOS DEVERÁ APRESENTAR ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DEMONSTRANDO DOMÍNIO E EXPERIÊNCIA MÍNIMA DE 6 MESES</p>				
--	--	--	--	--

### 3.1. Dos preços

3.1.1. O valor global estimado pela prestação dos serviços profissionais deste certame, é de R\$ .....(.....).

3.1.2. Conforme exigência legal foi realizada pesquisa de preços de mercado e estimativa de custos, junto às empresas do ramo, sendo apurados os valores de referência, conforme documentos acostados nos autos.

#### 3.1.3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1.2.1. O critério de aceitação das propostas será o de menor preço, levando-se ainda em consideração as especificações do objeto bem como a qualidade dos mesmos.

3.1.2.2. No preço contratado já deverão ser computados todos os impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, e demais despesas que, direta ou indiretamente, tenham relação com o serviço do contrato, isentando a Contratante de quaisquer ônus por despesas decorrentes.

### 3.2. Da Forma de Pagamento

3.2.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, diretamente à detentora conforme comprovação da regular prestação dos serviços e apresentação da nota fiscal ao setor competente, devidamente acompanhada dos documentos fiscais atualizados, sem o que não será liberado o pagamento.

3.2.2 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

3.2.3 - Nenhum pagamento será efetuado à detentora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

3.2.4 - Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à prestação de serviço objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para Administração.

#### 4. DA FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO E DA FISCALIZAÇÃO

4.1. A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive terceiros, por quaisquer irregularidades e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes prepostos.

4.2. É de inteira e total responsabilidade da contratada a obrigação pela prestação do serviço através de profissional devidamente treinado e qualificado, imprescindível à execução de todos os serviços que se fizerem necessários para o perfeito funcionamento das atividades desenvolvidas.

4.3. A licitante vencedora esta ciente da possibilidade da não utilização total dos quantitativos estimados para prestação dos serviços, pois a prestação será conforme necessidade do PREVIBREJO.

4.4. O serviço deverá ser prestado conforme solicitação do PREVIBREJO, obedecendo às normas e leis vigentes.

4.5. A Contratada deverá disponibilizar, no mínimo, **dois** representantes da empresa para atendimento na sede do PREVIBREJO, da seguinte forma:

- a) A Contratada deverá disponibilizar representante da empresa **in loco** com carga **horária mínima de 30h/semanais**.
- b) Além do profissional acima, a Contratada deverá disponibilizar profissional contador registrado em CRC MG com comprovação de experiência mínima de 6 meses em contabilidade específica de regime próprio de previdência social, **que deverá prestar os serviços na sede do PREVIBREJO com carga horária de no mínimo 20h semanais**.

4.6. Deverá responsabilizar-se pela elaboração e apresentação de balanços, balancetes e outras demonstrações contábeis, alimentação de sistema para envio de dados ao SICOM, escrituração contábil, e outros serviços que porventura surgirem e que seja de competência do referido profissional.

#### 5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta dispensa, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados pela Empresa com as seguintes características mínimas:

- a) O atestado de capacidade Técnico-Operacional **deverá comprovar experiência da Empresa de, no mínimo, 06 meses na prestação dos serviços a um RPPS (Regime Próprio de Previdência Social)**, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os meses serem ininterruptos, devido a responsabilidade e complexidade de assessoria e consultoria prestada.
- b) O (s) atestado e/ou certidões(ões) apresentado(s) **deverá(ão) atestar que a empresa prestou os serviços de assessoria em contabilidade pública previdenciária em RPPS, preparação e envio de informações ao SICOM, além dos serviços de suporte contábil, sob pena de inabilitação.**
- c) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, se solicitado pela pregoeira, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

**5.2. Apresentar comprovação Registro da empresa no Conselho Regional de Contabilidade;**

**5.3. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da documentação e proposta, profissional de nível superior (Contador) devidamente registrado no CRC, com capacidade técnica para execução dos serviços, para fins de contratação (deverá apresentar comprovante de registro do profissional junto ao conselho competente).**

5.3.1. A Licitante deverá comprovar que o profissional de nível superior (contador) disposto no item acima **tenha experiência mínima de 06 meses na prestação dos serviços a um RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), mediante apresentação de atestado de capacidade técnica emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado que afirme ter o profissional executado os serviços.**

5.3.2. Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente:

- 1) O Empregado
- 2) O Sócio
- 3) O Prestador de Serviços

5.3.3. No caso específico do item 5.3. será aceito técnico com contrato de regime de prestação de serviços para efeito de comprovação do quadro permanente da Empresa.

5.3.4. Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma e seu respectivo registro no CRC, devidamente atualizado.

5.3.5. A licitante deverá comprovar, através da juntada de cópia da "ficha ou livro de registro de empregado" ou cópia do contrato social de que o técnico, pertence ao seu

quadro de pessoal permanente na condição de empregado ou de sócio, e de que está indicado para coordenar as obras objeto desta licitação, ou ainda cópia do contrato de prestação de serviços.

5.4. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

5.5. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem deverão participar da execução do objeto e poderão ser substituídos, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES E DEVERES DA CONTRATADA**

6.1. Os serviços deverão ser prestados na sede do PREVIBREJO, sem qualquer custo adicional para a Contratante.

6.2. A execução do objeto deverá ter início no prazo máximo de 5 (cinco) dias após emissão de Ordem de Fornecimento/Serviço, emitido pelo PREVIBREJO.

6.3. A empresa vencedora do certame obriga-se a fornecer o objeto a que se refere este Termo de Referência de acordo estritamente com as especificações aqui descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações.

6.4. Deverão ser atendidas pela empresa além das determinações da fiscalização deste Instituto, todas as prescrições que por circunstância da lei devam ser acatadas.

6.5. A contratada é responsável pela manutenção de todos os equipamentos necessários para a execução dos serviços, não cobrando nada além da mensalidade.

6.6. O responsável designado pelo PREVIBREJO comunicará a contratada sobre dia/hora/e local designados para a prestação de serviço.

6.7. Comunicar ao setor responsável da Administração Pública, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecedem o prazo de vencimento da execução do serviço, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

6.8. A Contratada deverá substituir, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** a contar do recebimento da notificação formal, os elementos que não satisfaçam aos interesses da Administração.

6.9. Fornecer número telefônico, e-mail, skype e WhatsApp para contato, comunicação e prestação de esclarecimentos e consultas sobre o objeto contratado.

6.10. Responder perante o PREVIBREJO, mesmo no caso de ausência ou omissão da fiscalização, indenizando-o devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a

danos causados a terceiros, devendo a Contratada adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;

6.11. Não serão objeto de pagamento os serviços não efetuados dentro da boa técnica profissional.

6.12. Substituir, por exigência da Administração, qualquer elemento técnico ou material que esteja atuando no objeto de forma equivocada, que não esteja atendendo às conveniências do PREVIBREJO;

6.13. Avocar para si toda e qualquer despesa decorrente na prestação dos serviços, dentre elas, custo com mão de obra, acrescida dos respectivos encargos sociais e trabalhistas, transporte, alimentação, hospedagem, dentre outras despesas diretas e indiretas.

6.14. Atender as solicitações de serviços expedidas pelo PREVIBREJO, assumindo inteiramente as responsabilidades sobre o mesmo.

6.15. Prover de todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade na prestação de serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

6.16. Responder perante os órgãos competentes, por todas as obrigações e encargos assumidos ou gerados, em razão da prestação dos serviços.

6.17. Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços oferecidos atentando para as especificações técnicas exigíveis.

6.18. Manter durante toda a vigência do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo que deu origem a este instrumento.

6.19. Arcar com todas as despesas relativas a encargos sociais, trabalhistas e fiscais e outros inerentes à comercialização.

6.20. Indenizar terceiros e/ou PREVIBREJO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

6.21. Aceitar as supressões e acréscimos desta licitação, objeto de contrato, em

conformidade com o que prescreve o § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

6.22. Fica estabelecida a obrigação de manter durante vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, conforme descrição dos serviços no Termo de Referência. E ainda todas as condições de habilitação e qualificação exigida pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção desta contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado.

6.23. A Contratada deverá disponibilizar, no mínimo, **dois** representantes da empresa para atendimento na sede do PREVIBREJO, da seguinte forma:

- c) A Contratada deverá disponibilizar representante da empresa ***in loco*** com carga horária mínima de 30h/semanais.
- d) Além do profissional acima, a Contratada deverá disponibilizar profissional contador registrado em CRC MG com comprovação de experiência mínima de 6 meses em contabilidade específica de regime próprio de previdência social, **que deverá prestar os serviços na sede do PREVIBREJO com carga horária de no mínimo 20h semanais.**

## **7. DAS OBRIGAÇÕES E DEVERES DO CONTRATANTE**

7.1. Constituir servidor para acompanhamento e fiscalização dos serviços, com poderes para notificar a contratada para tomada de providências corretivas inerentes a qualquer irregularidade apontada.

7.2. Notificar extrajudicialmente a Contratada e aplicar as sanções legais em decorrência do declínio na qualidade dos serviços e ou em decorrência de fatos supervenientes propensos a gerar prejuízos financeiros à Administração Pública.

7.4. Permitir acesso do profissional às suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto, quando necessário;

7.5. O responsável designado pelo PREVIBREJO comunicará a contratada sobre dia/hora/e local designados para a prestação de serviço.

7.6. A Contratante se responsabilizará pela realização do pagamento, conforme estabelecido nas avenças do anexo II – minuta do contrato administrativo.

## **8. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

8.1. O Contrato terá validade por um período de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado caso haja interesse entre as partes, na forma do art. 57, II da Lei nº 8.666/93.

## **9. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

9.1 O PREVIBREJO noemará será responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados, através de nomeação de servidor, conforme especificação neste termo de referência.

## **10. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

10.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e será objeto de termo aditivo ao contrato administrativo.

10.2. Conforme as normas financeiras vigentes a partir de 1º de julho de 1994, não haverá reajustamento de preços no Contrato Administrativo, no prazo inferior a 01 (um) ano.

10.3. O preço estipulado no contrato de prestação de serviços, poderá ser reajustado a cada período de um ano, contado a partir da data de sua vigência, pelo IGPM da FGV ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo ou, na ausência de substituto, pela média simples dos principais índices econômicos que apuram a inflação anual acumulada.

## **11. CLÁUSULA SÉTIMA - DA NOVAÇÃO**

11.1. Toda e qualquer tolerância por parte do **Contratante** na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos, a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

## **12. DAS SANÇÕES**

12.1. A licitante vencedora do certame que for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta e que se recusar injustificadamente a celebrar o contrato administrativo apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio ao contraditório e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o INSTITUTO e será descredenciada no sistema de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade ficando ainda

sujeita à multa de até 5% (cinco por cento) do valor global estimado para a prestação dos serviços/entrega dos produtos objeto da presente aquisição, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas na minuta de contrato administrativo, em anexo, e das demais cominações legais.

12.1. Na hipótese de descumprimento por parte da adjudicatária das obrigações contratuais assumidas, ou de infringência de preceitos legais pertinentes, serão a ela aplicadas, segundo a gravidade da falta cometida, as sanções estabelecidas na minuta de contrato administrativo e termo de referência que é parte integrante deste procedimento para todos os efeitos legais e de direito, tudo isto em conformidade com a Lei 8.666/93.

12.3. A futura contratada pela inexecução total ou parcial do ajuste decorrente do presente procedimento sujeitar-se-á as seguintes sanções, sem prejuízo das demais estabelecidas pela Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações:

12.3.1. Advertência.

12.3.2. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o INSTITUTO, pelo prazo de 02 (dois) anos.

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

12.3.4. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

I. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso no fornecimento contratados, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato, conforme orçamento aprovado, por ocorrência;

II. 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento contratado, conforme orçamento aprovado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do contrato ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

III. 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, conforme orçamento aprovado, na hipótese de a Contratada, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o INSTITUTO, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

12.5. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo INSTITUTO. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela Contratada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

12.6. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

12.7. Do Pagamento de Multas e Penalidades

I. Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pelo INSTITUTO à CONTRATADA, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do art. 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida neste Contrato como de responsabilidade da CONTRATADA e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pelo INSTITUTO.

12.8. Para assegurar o cumprimento de obrigações definidas no Contrato como de responsabilidade da CONTRATADA, o INSTITUTO poderá reter parcelas de pagamentos contratuais ou eventuais créditos de sua titularidade, mediante simples comunicação escrita à CONTRATADA.

12.9. As multas e penalidades previstas neste instrumento não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a CONTRATADA da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados o INSTITUTO por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

12.10. Da Responsabilidade por Danos

I. A CONTRATADA responderá por todo e qualquer dano provocado ao INSTITUTO, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo INSTITUTO, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas no presente instrumento.

II- Para os efeitos deste item, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo INSTITUTO, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela CONTRATADA, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo INSTITUTO a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

III - Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas contratualmente como de responsabilidade da CONTRATADA for apresentada ou chegar ao conhecimento do INSTITUTO, este comunicará a CONTRATADA por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar a INSTITUTO a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela CONTRATADA não a eximem das responsabilidades assumidas perante a INSTITUTO, nos termos desta cláusula.

IV - Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da INSTITUTO, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pela CONTRATADA, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento a INSTITUTO, mediante a adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos da CONTRATADA;
- b) execução da garantia prestada, se for o caso;
- c) medida judicial apropriada, a critério do INSTITUTO.

### **13. DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. As normas disciplinadoras serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

13.2. O resultado do presente do certame será divulgado no quadro de avisos oficial do PREVIBREJO, e comunicado aos licitantes através de e-mail.

13.3. Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Quadro de Avisos Oficiais.

13.4. Após a publicação do extrato do Contrato, os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada, pelo prazo de cinco dias, findo o qual serão inutilizados.

13.5. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais